

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO¹

Joscely Maria Bassetto Galera ²

UTFPR-Curitiba/Brasil

joscely@utfpr.edu.br

Resumo: A presente investigação propõe analisar a consolidação de uma Política de educação tutorial na educação superior e tem como proposta principal a inclusão social. A análise concentra-se em um projeto multidisciplinar de extensão universitária Programa de Educação Tutorial, desenvolvido nos cursos de graduação da UTFPR/CT. Por meio da aproximação com a estrutura acadêmica da universidade, cuja finalidade é de adquirir o conhecimento científico, têm se configurado como tendência acompanhar o cenário mundial, a qual solicita a significação da diversidade, e se organiza para processar esses propósitos evidenciados na Educação Inclusiva e a definição de estruturas internas de gestão do Pet. Assim, este estudo refere-se a uma pesquisa bibliográfica descritiva, permeada por um estudo de caso em que se analisa a questão da função social deste programa e o papel da universidade na formação de políticas públicas através de grupos tutoriais de aprendizagem. Com isso confirma o Pet da UTFPR em Políticas Públicas e o consolida como uma experiência positiva do Ensino Superior rumo à inclusão social. Acredita-se que educar significa desencadear e programar políticas públicas e o Programa de Educação Tutorial, através do Plano Nacional de Educação, vem cumprir essa missão.

Palavras-chave: Gestão da educação superior. Política de educação tutorial. Inclusão social.

INTRODUÇÃO

A presente discussão e análise estão voltadas ao debate da forma que a educação superior vem apresentando o ensino, pesquisa e extensão, e sua atuação como universidade pública diante da proposta de inclusão social rumo ao mercado de

¹ Estudo elaborado a partir da análise da Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005, do documento Base do MEC.

² Dr^a em Políticas Públicas Educacionais/UNICAMP, Prof.^a UTFPR/CT- Membro da ANPAE/PR

trabalho. O mesmo busca verificar historicamente a proposta de um projeto de extensão o qual vem auxiliar a universidade pública brasileira a desencadear grupos tutoriais de aprendizagem. Pois, sabe-se que nos meios educacionais, o ideário democrático de ofertar uma educação a todas as pessoas que procuram a escola com a finalidade de adquirir o conhecimento científico têm se configurado como tendência em acompanhar o cenário mundial, a qual solicita a significação da diversidade e se organiza para processar esses propósitos evidenciados na Educação Inclusiva.

Diante disso, percebe-se que muitas questões levantadas, desde a década de 1970, sobre os altos índices de evasão e repetência denunciavam a necessidade de mudanças nos paradigmas educacionais mantidos nas bases conservadores na formação de aluno ideal para uma sociedade uniforme. Neste cenário, a política governamental tem trabalhado para a decisão pela Educação Inclusiva, discutidas, a partir da década de 1980, nos propósitos da “educação para todos” que se concretiza na década seguinte, alinhavada às políticas e pressões internacionais. No cenário do Ensino Superior, o Programa de Educação Tutorial, desde 2005, estabelecido pelo MEC, insiste em desencadear políticas inclusivas no qual se coloca o processo de construção do conhecimento e é mediado por novas tecnologias educacionais, pelos processos de avaliações do próprio, MEC as quais devem servir de base para a inserção sociocultural do graduando no mundo científico. Essa experiência busca proporcionar aos jovens acadêmicos uma passagem menos traumática para o mundo do trabalho e com uma convivência social, renovando as alternativas que busquem melhorar a inclusão social.

1.0 AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO.

A educação, no seu processo histórico-cultural, vem marcada de contradições processuais e, neste milênio expressa novas exigências e necessidades sociais, na busca de fornecer um ensino voltado para as demandas do mercado incluindo o aluno em um processo inclusivo e justo.

O Programa Especial de Treinamento – PET, criado em 1979, esteve, durante 20 anos, sob o acompanhamento e avaliação da Capes. A partir do ano 2000, o Programa passou a ser vinculado à Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC. Esse programa

de treinamento atualmente é destinado grupos de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas em cursos de graduação das IES.

O PET é integrado por grupos tutoriais de aprendizagem, o qual busca propiciar aos alunos, sob a orientação de um professor tutor, condições para a realização de atividades extracurriculares, que complementem a sua formação acadêmica, procurando atender mais plenamente às necessidades do próprio curso de graduação e/ou ampliar aprofundar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua grade curricular. Neste sentido, espera-se proporcionar uma melhoria da qualidade acadêmica dos cursos de graduação apoiados pelo PET.

Conforme documento oficial do MEC (Lei nº 11.180 de 23 /2005),

As atividades extracurriculares que compõem o Programa têm como objetivo garantir aos alunos do curso oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando a sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para a integração no mercado profissional como para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação.

Este programa constitui-se, portanto, em uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação que têm sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. Com uma concepção baseada nos moldes de grupos tutoriais de aprendizagem e orientada pelo objetivo de formar globalmente o aluno, o PET não visa apenas proporcionar aos bolsistas e aos alunos do curso uma gama nova e diversificada de conhecimento acadêmico, mas assume a responsabilidade de contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade.

Assim, a médios e longos prazos, a SESU³ espera fomentar a formação de profissionais de nível superior, nas diversas áreas do conhecimento, dotados de elevados padrões científicos, técnicos, éticos e com responsabilidade social, nas diversas áreas do conhecimento, que sejam capazes de uma atuação no sentido da transformação da realidade nacional, em especial como docentes e pesquisadores pós-graduados em áreas profissionais.

³ Secretaria de Educação Superior

Nos grupos PET, o tutor é o responsável, perante IES⁴ e a Sesu/MEC⁵ pelo planejamento e supervisão das atividades bem como pelo desempenho do grupo sob sua orientação, contando com a indispensável colaboração de outros docentes da IES para a execução de suas ações. Cabe a ele orientar os bolsistas no caminho de uma aprendizagem segura, relevante, ativa, planejada e adequada às necessidades do grupo e do curso comum a todos. Dentro do programa, a IES é responsável por dar o suporte administrativo aos grupos, desenvolver o processo de avaliação institucional e contribuir para o aumento do significado acadêmico-pedagógico de suas atividades, garantindo a autonomia dos grupos. Estas três funções devem ser desenvolvidas de forma coordenada por todos os atores responsáveis pelo programa na IES.

Nesse sentido, cabe observar na Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, do documento Base do MEC.

Art. 1º O Programa de Educação Tutorial PET reger-se-á pelo disposto na Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005, e nesta Portaria, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis.

O Art. 2º O PET constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que tem por objetivos:

I - desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;

II - contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação;

III - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;

IV - formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;

V - estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior. (MEC-2005).

É certo que determinadas políticas surgem do intermédio da ação educativa necessária para a garantia de direitos constitucionais no sentido específico da educação, conforme prevê a Constituição Federal no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

⁴ Instituições de Ensino Superior

⁵ Secretaria de Educação Superior/ Ministério da Educação e Cultura

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases(1996), nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 2º

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para elucidar melhor a necessidade de políticas educacionais que se sobreponham à obrigatoriedade do Estado, conforme a legislação vigente, faz-se necessária uma breve definição de política educacional. Monlevade (in Galera, 2004, p. 11) define Política Educacional como “o conjunto de intenções e ações com os quais os poderes públicos respondem necessidades de escolarização dos diversos grupos da sociedade”. Por outro lado, também são agentes das políticas educacionais, os profissionais da educação que participam ativamente de tais políticas, mesmo sem diagnosticá-las no cotidiano, sendo nesse caso o professor tutor. Pois, estes profissionais e seus alunos que representam a efetivação das políticas educacionais e a configuração de novas ações que geram pressupostos para implementação de processos e leis que são discutidas no âmbito escolar e incorporadas ao cotidiano de todos os envolvidos, (re) significando os espaços escolares ou sugestionando novas demandas para uma política educacional, que têm passado por reformulações nas últimas décadas e ainda é passiva de mudanças provocada pela própria demanda de cada comunidade.

2.0 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL COMO UMA AÇÃO INCLUSIVA

Este programa pode ser considerado uma ação real das políticas inclusivas, as quais se apresentam como ações que combatem a exclusão social, demandam conceitos de igualdade e universalização, com vistas à colaboração em ações voltadas para uma sociedade igualitária.

Atualmente, o PET conta com 779 grupos divididos entre 114 Instituições de Ensino Superior distribuída entre as diferentes áreas do conhecimento e as diversas

regiões geográficas do país. De acordo com o estabelecido na Lei nº 11.180/2005, e regulamentado na Portaria MEC 976, de 27 de julho de 2010, o PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação das Instituições de Ensino Superior do país, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Programa de Educação Tutorial foi oficialmente instituído pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007. A regulamentação do PET define como o programa deve funcionar, qual a constituição administrativa e acadêmica, além de estabelecer as normas e a periodicidade do processo de avaliação nacional dos grupos.

A Portaria 976/2010 trouxe inovações para a estrutura do PET como, por exemplo, a flexibilização e dinamização da estrutura dos grupos, a união do PET com as Conexões de Saberes, a definição de tempo máximo de exercício da tutoria, a aproximação com a estrutura acadêmica da universidade e a definição de estruturas internas de gestão do PET. Seu principal objetivo é desenvolver ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares e a universidade. O mesmo busca valorizar o protagonismo dos universitários beneficiários das ações afirmativas no âmbito das universidades públicas brasileiras, contribuindo assim com a inclusão social. Se a legislação vigente fala da inclusão diante da vulnerabilidade social, o que naturalmente vem a ser inclusão? O Pet estaria incluindo. “Segundo dicionário LUFT, inclusão significa “ação ou efeito de incluir (-se)” e incluir significa “abranger; compreender; inserir; introduzir. “Inserir-se; fazer parte”. Desta forma, não é possível deixar de conceituar esta palavra na visão de outros educadores que buscam entendê-la e assumem também uma prática de comunhão com o pensamento inclusivo, como é o caso de CARVALHO, *apud* PAROLIN nesta definição:

Incluir, como processo, implica num tempo cuja vivência qualitativamente positiva deve permitir aos sujeitos a construção de histórias de cidadania, pela apropriação de saberes, pela constituição de conhecimentos, pela integração com todos os seus pares e pelo desenvolvimento da solidariedade, sem pieguismos ou filantropia. (2006. p. 14).

É na função social do Ensino Superior Brasileiro, através de projetos como esse, que se busca conquistar espaço para uma educação inclusiva permanente e torna-se um objetivo contínuo. Entende-se que a escola enquanto segmento fundamental da

sociedade deve estar atento e adequar-se as necessidades de todos os cidadãos. No artigo três da regulamentação:§ 2º “Os grupos PET deverão contribuir para a implementação de políticas públicas e de desenvolvimento em sua área de atuação, sendo que esta contribuição será considerada por ocasião das avaliações periódicas”. Nesse sentido, proposições dessas políticas do MEC devem centrar seu foco de discussão na função social da Universidade através do projeto pedagógico de cada instituição as quais deverão se posicionar em relação a seu compromisso com uma educação humana, preocupando-se com a inserção social para todos os seus alunos.

Assim, essa modalidade de ensino assumirá o papel de propiciar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais, definindo, em seu currículo, uma opção por práticas heterogêneas e inclusivas.

Segundo o então ministro Fernando Haddad- 2010

Art. 27º. O Ministério da Educação deverá compatibilizar a quantidade de bolsistas e o valor das bolsas com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Art. 28º. Os produtos e materiais acadêmicos produzidos pelos Grupos PET devem ficar disponíveis sob licença que permita sua ampla utilização para fins educativos não comerciais.

Percebe-se que a Portaria 976/2010 trouxe inovações para a estrutura do PET como, por exemplo, a flexibilização e dinamização da estrutura dos grupos, a união do PET com as conexões de Saberes, a definição de tempo máximo de exercício da tutoria, a aproximação com a estrutura acadêmica da universidade e a definição de estruturas internas de gestão do PET.

3.0 A UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de acordo com Yin (2005), pelo fato de ter um caso a ser estudado, definido como analisar a consolidação de uma Política pública na Educação Superior, através de um programa de extensão universitária e sua aplicabilidade no contexto social. O cenário deste estudo desenvolveu-se na Universidade Tecnológica Federal do Paraná onde o Programa de

Educação Tutorial concentra-se na gestão e coordenação da PROGRAD, Diretoria de Graduação e Educação Profissional. A UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná conta até 2013 com quatorze projetos, sendo quatro no campus de Curitiba, do qual podemos acompanhar o de Políticas Públicas.

O Programa de Educação Tutorial Políticas Públicas, da UTFPR, iniciou suas atividades em dezembro de 2010 e conta com financiamento da Capes/MEC, possibilitando que os graduandos recebam bolsa de alunos-pesquisadores. O mesmo tem como característica básica a multidisciplinaridade, pois é formado por sete alunos bolsistas (três acadêmicos do curso de Tecnologia em Comunicação Institucional, três do curso superior de Administração de Empresas e um do curso superior em Tecnologia em Radiologia) e é coordenado pelo professor tutor Christian Luiz da Silva, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Ao acompanhar, observar, refletir sobre a ação do PET, como um caso que precisa ser discutido através de um tema, o qual aborda a superação dos que permanecem excluídos do sistema educacional e solicita o reconhecimento de que essa questão precisa ser discutida como uma das principais propostas de ensino pesquisa e extensão, o programa apresenta como ação pedagógica a possibilidade real dos acadêmicos vivenciarem situações através do Observatório Socioeconômico de Políticas Públicas. Nessa ação, os acadêmicos tiveram a possibilidade de participar do auxílio e da inserção de comunidades e seus agentes no contexto das políticas públicas e verificar como elas podem promover o desenvolvimento local. O Pet desenvolveu-se em parceria com instituições locais como associações de bairros, onde se identificou necessidades básicas, e proporcionou-se diversos cursos nas comunidades os quais levaram o debate sobre as políticas públicas, cidadanias, direitos e deveres. Diante desta questão, o grupo teve como meta fortalecer o espírito do empreendedorismo, compreender e aprender novos conceitos sobre governança pública. Pode-se constatar que a aplicabilidade do tema governança na comunidade pode contribuir para a redução da desigualdade social. Esse projeto do PET está consolidado inicialmente em três princípios, os quais se fundamentam em com estudos e capacitações, sendo eles. (www.soucidadeao.com)

(1) ESTADO PRESENTE e PARTICIPATIVO – visa à inclusão e capacitação de lideranças comunitárias com intuito de avaliar as ações públicas e o respectivo impacto para realidade local, relacionando com as

demandas sociais existentes na comunidade. Neste projeto estão inseridas palestras de sensibilização e capacitação sobre política pública e participação da sociedade e será uma continuidade do estabelecido no anterior;

(2) GOVERNANÇA COMUNITÁRIA – objetiva estimular a gestão democrática e inclusiva local, a partir da capacitação de lideranças comunitárias identificadas para constituírem ou amadurecerem o processo de governança local.

(3) EMPREENDER PARA INCLUIR – pretendem capacitar os empreendedores locais em temas identificados como problemas para gestão dos seus negócios, fortalecendo-os em comunidades com o predomínio de cidadãos pertencentes ao Cadastro Único. (Sou Cidadão, 2012).

Percebe-se que através dos objetivos propostos no projeto que a consolidação de uma política pública está representada nas demandas sociais e o tema inclusão social e políticas públicas está centrado num trabalho comunitário e de extensão que é a Vila Real.

A Vila Real está situada em Curitiba/PR, entre o bairro São Braz e Orleans, onde o grupo PET/UTFPR centrou seus trabalhos junto a essa comunidade em quatro fases:

- Primeira fase: Apresentação do Projeto e Mobilização para Empreendedorismo
- Segunda fase: Mobilização da Comunidade e Levantamento de Informações.
- Terceira fase: Estruturação dos dados e Produção do Relatório Técnico .
- Quarta fase: Encaminhamento Político.
- Quinta fase :Acompanhamento Político da Demanda:

Percebe-se que toda essa ação cumpre exatamente um dos princípios do projeto inicial que é permitir ao jovem uma participação social e levá-lo a conhecer questões antes nunca trazidas ao meio acadêmico.

Nossa análise centrou-se em dois pontos fundamentais. O entendimento de uma política educacional e sua aplicabilidade e a possibilidade da mesma proporcionar a inclusão social na educação superior. A pesquisa buscou entrevistar o Coordenador-tutor e os acadêmicos envolvidos no projeto. Aos mesmos direcionamos duas questões. Sendo elas:

- **O pet cumpre a função de inclusão social?**
- **Qual é o maior ganho para a universidade e para o aluno?**

Na primeira, o coordenador disse que o Pet cumpriu a função de incluir, pois esta é a função deste PET, inclusive, nos diz Christian, “porque seleciona bolsistas de baixa renda e promove ações de inclusão para pesquisa e extensão. Todas nossas ações estão no “www.soucidadao.com”, afirma o coordenador-tutor.

Quanto à questão sobre o maior ganho para a universidade e para o aluno, o tutor nos respondeu que o “maior ganho é a função de multiplicador social para o mercado de trabalho, pois essa ação agrega uma função positiva na vida universitária”.

Para a aluna entrevistada, Marta Chaves Vasconcelos, o grupo PET Políticas Públicas é um eixo como gerador nato da inclusão social. Segundo ela o programa cumpre o seu papel, pois “sempre temos atividades como o clíco de cinema, leitura, palestras e mini cursos que são oferecidos dentro da própria universidade para todos os estudantes e a comunidades externa. Sempre abordamos o tema políticas públicas de uma forma diferente para atrair mais pessoas, mas o pessoal tanto da universidade quanto da sociedade externa não são muito interessados por esses assuntos”. Ainda a aluna acrescenta que também se realizou atividades sociais, como o acompanhamento inicial de uma feira de artesanato no Barigui (maior parque da cidade de Curitiba), para as pessoas de baixa renda, participou também de atividades do Natal dos correios para as crianças carentes, contribuindo não apenas com brinquedos, mas com livros e materiais escolares. E ainda afirma a aluna: “Acredito que cumprimos a função de inclusão social, entretanto é necessária a maior participação dos acadêmicos e da sociedade externa”.

Diante disso, percebe-se que os objetivos do projeto vêm sendo alcançados e quando o acadêmico tem contato com a comunidade local, participa dela e converge essa experiência em conhecimento vivo, a proposta do MEC, 11.180 de 23 /2005 se concretiza. Nota-se, portanto que um programa que vise trabalhar na graduação atividades extracurriculares garante aos alunos do curso oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, possibilitando uma formação completa o que consolida literalmente o objetivo do Pet.

Quanto ao ganho real para o universitário, a aluna Marta nos afirmou que acredita que seja uma oportunidade única, desde que o aluno seja dedicado, curioso e cumpra prazos e tenha vontade de aprender, pois o PET abriu muitas oportunidades na área da pesquisa para ela. Segundo a aluna, o programa oportunizou-a participar de

congressos e seminários, escrever artigos, e aprender a lidar com vários tipos de pessoas. Uma das acadêmicas do curso de Tecnologia em Comunicação Institucional afirmou também o seguinte: “Eu gosto muito, e vejo que esses projetos de pesquisa da universidade incentivam muito os alunos para a área acadêmica. O maior ganho em participar do Pet é o conhecimento, pois muito do que eu aprendi não é passado dentro da sala de aula. Aprendi a desenvolver a habilidade de interpretação, organização e ter maior responsabilidade. Além de me identificar com a área de pesquisa, produzir artigos e participar de eventos, contribuindo com o meu trabalho e observando os trabalhos de outros acadêmicos”. O acadêmico do curso de Administração de Empresas compactua também da mesma opinião. Pois para a área da Administração o que ficou muito forte foi o trabalho realizado na comunidade, e a possibilidade de vivenciar o empreendedorismo e o protagonismo universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter, o objetivo do estudo e de pesquisa foi analisar a consolidação de uma Política de educação tutorial que tem como objetivo a inclusão social, procurando identificar os princípios da legislação vigente e as propostas do MEC para a ação do Ensino Superior, junto à comunidade e o mercado de trabalho. Para tanto, preocupou-se em conceituar as políticas públicas e a importância de sua articulação com a comunidade e confirmar o PET como um programa inovador, protagonista e ousado o qual busca ações, almeja resultados e trabalha para que o aprendizado incorpore elementos de ações coletivas, experimentação social e políticas públicas inovadoras e articuladas.

Nessa proposta apresenta o PET- Políticas Públicas, da UTFPR, e através dele tivemos demonstração da certeza de que a democratização se faz presente nesse processo pedagógico através da extensão universitária na educação superior, de instituições públicas brasileiras preocupadas em cumprir seu verdadeiro papel na formação de um cidadão capaz de gerir sua capacidade técnica, com os olhos voltados ao humanismo, pois, acredita-se que, é através de ações como estas em que se desencadeiam projetos alicerçados em políticas educacionais inclusivas, que formaremos gestores comprometidos, professores capacitados para articular as questões sociais a vida acadêmica e alunos bem orientados.

Para tanto, este estudo reflete a atuação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná na intenção de reverter a exclusão escolar, por meio da participação em Políticas Públicas que permitam ao jovem a inclusão local, a partir da capacitação de lideranças comunitárias identificadas para constituírem ou amadurecerem o processo de acesso acadêmico. Consequentemente prepara também o jovem para o mercado de trabalho com uma visão voltada para empreender socialmente. Percebe-se que neste caso, as fases de desenvolvimento deste projeto de extensão universitária foram motivadas pela superação de esforços tutor-acadêmicos e pela atitude e vontade de ensinar e empreender socialmente.

Entende-se, pois, que a partir dos princípios de governança pública em um processo democrático e de inserção social, a educação superior leva uma linguagem mais próxima e mais humana aos cidadãos e, consequentemente, prepara o jovem para o mercado de trabalho com uma visão voltada para empreender socialmente.

Esclarece-se ainda que, como pesquisadora da área de Políticas Públicas, estas investigações foram imprescindíveis para realizar análise das diretrizes curriculares da Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação em cumprir com as determinações legais e destacar o Programa de Educação Tutorial, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba, como um programa com capacidade técnica em que buscou consolidar a função democrática de uma instituição federal, como um elemento sociocultural na emancipação. Verifica-se que o maior ganho para a universidade brasileira sob análise deste grupo Pet/UTFPR é a participação de todos os envolvidos na ação coletiva rumo à inclusão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9394/96. Estabelece Diretriz e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

UTFPR , Programa de Educação Tutoria- políticas Públicas, - Sou Cidadão <http://www.soucidadao.com/page/pet-1> acesso em 11/04/2013

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v.35, n. 124, jan./abr. 2005.

FERREIRA, J.R.; FERREIRA, M.C.C. *Políticas Educacionais .Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas*. In: GÓES, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizman. (Org.). 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 22-48.

GALERA, Joscely Maria Bassetto. *A Gestão de Políticas Educacionais como um Processo de Inovação*. Pato Branco: Ed Liceu Teixeira, 2004.

_____. MEC Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010, publicada no D.O.U em 28/07/2010, páginas 103 e 104. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 10 abr. 2013

UTFPR Sou Cidadão. Portal do Pet. Disponível em: <www.soucidadao.com>. Acesso em 10 abr. 2013.

YIN, R.K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.